

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº

23/2016

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS - CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016.
(Do Sr. Paulão e outros)

CPI - Funai e Incra 2	
RECEBIDO	
Em 10/11/16 às 14h11	
	7391
Assinatura	Ponto

Requeremos, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal combinado com o artigo 2º da Lei 1.579/52 e a Lei Complementar nº105/2001 a solicitação por esta CPI da requisição de transferência do SIGILO BANCÁRIO, FISCAL e TELEFONICO da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do SUL - Famasul, CNPJ [REDACTED]. Requer ainda que os dados referentes à transferência dos sigilos bancário e fiscal, sejam enviados da seguinte forma e com os seguintes conteúdos:

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal combinado com o artigo 2º da Lei 1.579/52 e a Lei Complementar nº105/2001 e do regimento da Câmara dos Deputados, requeremos que seja submetido ao plenário desta CPI, o pedido de requisição da transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do SUL - Famasul, CNPJ [REDACTED], entre o período de 1 de janeiro de 2010 a 31 de outubro de 2016, em formato digital, em mídias eletrônicas (CD ou DVD), com o seguinte conteúdo:

- a. Receita federal do Brasil
 - a. As declarações de imposto de renda da pessoa jurídica
 - b. Extratos, informações cadastrais da pessoa jurídica, Cadin, ações fiscais, entradas e saídas e dados da conta corrente da pessoa jurídica.
 - c. Dados complementares e documentos de suporte probatório relativo ao período solicitado





- b. Banco Central do Brasil
 - a. Dados complementares e documentos de suporte probatório relativo ao período solicitado
 - b. Consulta ao cadastro de clientes do sistema financeiro nacional, para a verificação de todas as instituições financeiras nas quais a pessoa jurídica tenha relacionamento, como conta corrente, poupança, depósitos a vista, direitos, bens e valores
 - c. Em meio eletrônico e em planilhas e tabelas, todos os dados solicitados no item anterior
 - d. Que o BCB encaminhe a esta CPI as requisições feitas às instituições financeiras, e que o pedido a elas dirigido, atenda ao disposto na Carta Circular nº 3454/2010
- c. Banco Central do Brasil e Receita Federal do Brasil e demais instituições financeiras com relacionamento da pessoa jurídica
 - a. Que o pedido ora formulado seja encaminhado para esta CPI em até 15 dias contados a partir do recebimento desta requisição.
- d. Dados e informações de telefonia
- e. Dados e informações de telemático

Solicitamos ainda, que as informações, dados e documentos que forem encaminhados à esta CPI, sejam compartilhados com a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União e o Ministério Público Federal.

JUSTICATIVA

A Famasul está envolvida de forma evidente nos eventos que caracterizam a violência contra os povos indígenas no Estado do Mato Grosso Sul. Há farto material na imprensa que corrobora esta afirmação, conforme demonstrado abaixo.

Nota da Famasul

Com ou sem leilão, produtores mantêm movimento da resistência no dia 7.

A Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul) e a Associação dos Criadores de MS (Acrissul) vão manter o movimento da resistência programado para este sábado (07). A decisão foi anunciada em coletiva de imprensa nesta quarta-feira (04), na Famasul, em resposta à liminar concedida pela juíza da 2ª Vara da Justiça Federal, Janete Lima Miguel, impedindo a realização de leilão no evento.

De acordo com o presidente da Federação, Eduardo Riedel, o movimento é uma expressão legítima dos produtores em defesa do direito de propriedade e de sua integridade física. "Com ou sem leilão, iremos nos reunir no dia 7. Se formos impedidos de nos unir para discutir nossos problemas, teremos a morte da democracia", afirmou.





Segundo o dirigente, as entidades ficaram sabendo da liminar por meio da imprensa. "Vamos manter a manifestação e assim que o processo estiver em nossas mãos, tomaremos as ações judiciais cabíveis".

O presidente da Acrissul, Francisco Maia, salientou que o principal objetivo do leilão da resistência sempre foi a conscientização da população e dos produtores e não a formação de milícia como foi equivocadamente veiculado pela imprensa. "Quando há uma decisão judicial contra os indígenas, eles rasgam e agora eles pedem a proteção da Justiça?", questionou.

Para o advogado dos produtores rurais das áreas invadidas de Sidrolândia, Newley Amarilla, a decisão judicial é um ato arbitrário e revelador da parcialidade da Justiça. "A Justiça concede uma liminar e manda para a imprensa primeiro, o que coloca em risco de maneira irresponsável sua reputação", destacou.

Também questionando a parcialidade do judiciário, o deputado estadual Zé Teixeira lembrou o caso da fazenda Buriti. "Milícia foi o que os indígenas fizeram ao invadir armados a fazenda Buriti e enfrentar a polícia. A Famasul e a Acrissul não têm poder para contratar seguranças. Mas o produtor rural tem esse direito, garantido por lei".

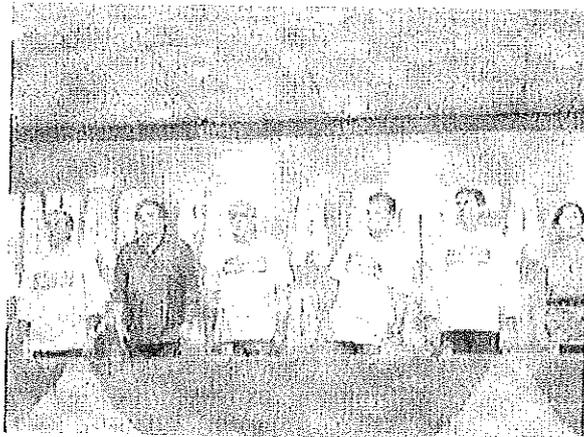
O movimento da resistência já tem a presença confirmada de mais de 2 mil produtores, da presidente da confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, do senador Ronaldo Caiado, além da participação da bancada federal, dos deputados estaduais e de lideranças rurais de outros Estados. Segundo a Acrissul, o leilão já arrecadou, por meio de doações, mais de 800 bovinos, além de animais de pequeno porte e grãos. Os promotores do leilão estimavam uma arrecadação de R\$ 3 milhões que serão destinados a ações em defesa e proteção dos produtores de áreas invadidas.

Estiveram presentes na coletiva de imprensa, além das lideranças já citadas, a deputada estadual Mara Caseiro, o diretor secretário da Famasul, Ruy Fachini, o assessor jurídico da entidade, Carlo Daniel Coldibelli, a advogada de produtores, Luana Ruiz, o produtor rural, Ricardo Bacha, assim como outros produtores rurais. Atualmente existem 80 propriedades rurais invadidas em MS.

**Leilão da Resistência' arrecada R\$ 640,5 mil em Mato Grosso do Sul
Valor é referente a venda de lotes de gado e cereais, diz leiloeira.**

Evento foi realizado para arrecadar recursos contra ocupações indígenas.





Representantes de entidades durante Leilão da Resistência (Foto: Nadyenka Castro/ G1 MS)

O chamado "Leilão da Resistência", articulado por produtores rurais para arrecadar recursos que seriam utilizados contra ocupações de terras no estado, arrecadou R\$ 640,5 mil com o arremate dos lotes de animais e cereais, segundo o diretor da Leiloboi, Carlos Guaritá. O evento foi realizado no sábado (7) após decisão da Justiça, que determinou que o dinheiro seja depositado em juízo e liberado somente ao final de processo protocolado pelas comunidades indígenas.

Segundo Guaritá, foram leiloados 674 cabeças de gado e vendidas mais de três mil sacas de cereais. Segundo ele, a entrega dos animais será feita ainda neste domingo (8) para todos os compradores.

Além dos lotes leiloados, houve ainda doações em dinheiro e sacas de cereais que sobraram ainda estão sendo vendidas. O balanço final do leilão será divulgado na segunda-feira (9).

Cerca de duas mil pessoas participaram do leilão, que também foi transmitido por um canal de televisão. Guaritá disse que vários lotes foram arrematados via telefone.

Segundo o presidente da Associação dos Criadores do estado (Acrissul), Francisco Maia, o objetivo do leilão foi arrecadar recursos para ações de mobilização dos produtores, de logística, para o pagamento de honorários de advogados, para a divulgação do movimento e até mesmo para segurança.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, diz que a verba arrecadada no "Leilão da Resistência" será dividida entre os sindicatos rurais em Mato Grosso do Sul para atender as necessidades de cada região.

Briga judicial

Abertura do evento teve a presença e discursos de senadores da República, deputados federais e estaduais. Parlamentares cogitaram a realização de leilões semelhantes em outros estados.

O leilão havia sido suspenso pela Justiça Federal. A juíza Janete Lima Miguel, da 4ª Vara Federal em Campo Grande, atendeu a pedido de comunidades indígenas e movimentos sociais. A Famasul e a Acrissul recorreram e conseguiram realizar o evento.

Além de estabelecer o depósito dos valores em juízo, foi estabelecido que sejam enviadas ao judiciário informações sobre as doações e arremates. Se essas duas





obrigações foram descumpridas, haverá multa de duas vezes o valor arrecadado e não inferior àquele fixado na primeira decisão, que é de R\$ 200 mil.

Mesmo com liminar da Justiça para suspensão, Leilão da Resistência acontecerá nesse sábado

Publicado em 05/12/2013 09:34 e atualizado em 05/12/2013 12:21

O Leilão da Resistência, evento organizado pela Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS) e pela Acrissul (Associação dos Criadores de MS), programado para este sábado, 7 de dezembro, irá acontecer mesmo com a proibição dada pela Justiça Federal por meio de uma liminar concedida pela juíza da 2ª Vara da Justiça Federal, Janete Lima Miguel. Essa foi a declaração do tesoureiro da Acrissul, Luiz Vieira ao Notícias Agrícolas. "Não temos como voltar atrás", disse.

Segundo Vieira, as entidades estão entrando com um recurso para suspender essa liminar e diz ainda que a alegação da Justiça para impedir a realização do evento, que tem como objetivo custear as ações de combate às invasões de propriedades e o avanço das demarcações de terras consideradas indígenas, é de que as entidades estariam recolhendo recursos para a formação de uma milícia. No entanto, ainda de acordo com o representante da Acrissul, consta no estatuto de ambas que a proibição da formação de milícias.

"Isso é proibido pelos estatutos da Acrissul e da Famasul. Se o produtor quiser contratar uma empresa de segurança regularizada, credenciada, ele pode, é um direito dele. Mas, nós, como entidades, não podemos fazer isso. Nós precisamos de dinheiro para as viagens à Brasília, para pagar os advogados, e não para a formação de uma milícia, isso são fofocas".

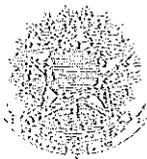
O presidente da Acrissul Chico Maia afirmou ainda que a associação já foi intimada oficialmente e mesmo que essa liminar não seja derrubada até a data do leilão, o evento será realizado mesmo que depois tenha que ser feito o pagamento da multa estabelecida. "Os produtores rurais já estão acostumados com injustiças e arbitrariedades, e a essa decisão da Justiça não foge do que está acontecendo. Mas esse é um movimento de resistência da classe produtora (...) Não estamos fazendo esse leilão para tirar os índios de suas terras, estamos fazendo isso em defesa dos próprios produtores".

Maia reafirma que o entendimento da juíza sobre a formação de uma milícia com os recursos conseguidos pelo leilão são equivocados e trata de uma afronta ao estado democrático de direito. No entanto, diz ainda que os advogados já estão trabalhando para que essa decisão seja revertida.

Em uma nota divulgada pela Famasul, o advogado dos produtores rurais das áreas invadidas de Sidrolândia, Newley Amarilla, afirma que a decisão judicial é um ato arbitrário e revelador da parcialidade da Justiça. "A Justiça concede uma liminar e manda para a imprensa primeiro, o que coloca em risco de maneira irresponsável sua reputação".

O assessor jurídico da Famasul, Gustavo Passarelli, disse ao Notícias Agrícolas que, até 11h40 (horário de Brasília), a federação ainda não havia sido notificada oficialmente sobre esse processo e que, em função disso, o teor da decisão judicial ainda





era desconhecido, o que impedia definir quais seriam as ações a serem tomadas para derrubar a liminar. "Todas as atitudes que estão sendo tomadas pelas entidades são atitudes legais", diz Passarelli.

O Leilão da Resistência acontece a partir das 14 horas desse sábado (7), na Tatersal de Elite 1 da Acrissul - Parque de Exposições Laucídio Coelho e irá reunir milhares de produtores, além de políticos da bancada do agronegócio, entre deputados e senadores, inclusive a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Segundo a Acrissul, o leilão já arrecadou, por meio de doações, mais de 800 bovinos, além de animais de pequeno porte e grãos. Os promotores do leilão estimavam uma arrecadação de R\$ 3 milhões que serão destinados a ações em defesa e proteção dos produtores de áreas invadidas.

Nota da Famasul: Com ou sem leilão, produtores mantêm movimento da resistência no dia 7

A Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul) e a Associação dos Criadores de MS (Acrissul) vão manter o movimento da resistência programado para este sábado (07). A decisão foi anunciada em coletiva de imprensa nesta quarta-feira (04), na Famasul, em resposta à liminar concedida pela juíza da 2ª Vara da Justiça Federal, Janete Lima Miguel, impedindo a realização de leilão no evento.

De acordo com o presidente da Federação, Eduardo Riedel, o movimento é uma expressão legítima dos produtores em defesa do direito de propriedade e de sua integridade física. "Com ou sem leilão, iremos nos reunir no dia 7. Se formos impedidos de nos unir para discutir nossos problemas, teremos a morte da democracia", afirmou. Segundo o dirigente, as entidades ficaram sabendo da liminar por meio da imprensa. "Vamos manter a manifestação e assim que o processo estiver em nossas mãos, tomaremos as ações judiciais cabíveis".

O presidente da Acrissul, Francisco Maia, salientou que o principal objetivo do leilão da resistência sempre foi a conscientização da população e dos produtores e não a formação de milícia como foi equivocadamente veiculado pela imprensa. "Quando há uma decisão judicial contra os indígenas, eles rasgam e agora eles pedem a proteção da Justiça?", questionou.

Para o advogado dos produtores rurais das áreas invadidas de Sidrolândia, Newley Amarilla, a decisão judicial é um ato arbitrário e revelador da parcialidade da Justiça. "A Justiça concede uma liminar e manda para a imprensa primeiro, o que coloca em risco de maneira irresponsável sua reputação", destacou.

Também questionando a parcialidade do judiciário, o deputado estadual Zé Teixeira lembrou o caso da fazenda Buriti. "Milícia foi o que os indígenas fizeram ao invadir armados a fazenda Buriti e enfrentar a polícia. A Famasul e a Acrissul não têm poder para contratar seguranças. Mas o produtor rural tem esse direito, garantido por lei".

O movimento da resistência já tem a presença confirmada de mais de 2 mil produtores, da presidente da confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, do senador Ronaldo Caiado, além da participação da bancada federal, dos deputados estaduais e de lideranças rurais de outros Estados. Segundo a





Acrissul, o leilão já arrecadou, por meio de doações, mais de 800 bovinos, além de animais de pequeno porte e grãos. Os promotores do leilão estimavam uma arrecadação de R\$ 3 milhões que serão destinados a ações em defesa e proteção dos produtores de áreas invadidas.

Estiveram presentes na coletiva de imprensa, além das lideranças já citadas, a deputada estadual Mara Casciro, o diretor secretário da Famasul, Ruy Fachini, o assessor jurídico da entidade, Carlo Daniel Coldibelli, a advogada de produtores, Luana Ruiz, o produtor rural, Ricardo Bacha, assim como outros produtores rurais. Atualmente existem 80 propriedades rurais invadidas em MS.

MPF denuncia 12 por milícia privada contra índios em MS

Há 8 meses, força-tarefa investiga crimes cometidos no estado; assassinato de indígena na última terça também será investigado

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou, nesta sexta, 17 de junho, duas denúncias contra doze envolvidos em crimes contra os povos Guarani Kaiowá e Nandeva em Mato Grosso do Sul. Eles são acusados de formação de milícia privada, constrangimento ilegal, incêndio, sequestro e disparo de arma de fogo.

Os ataques foram cometidos contra indígenas do cone sul do estado, na região de fronteira com o Paraguai. Jagunços teriam sido contratados e financiados por proprietários rurais para violentar e ameaçar as comunidades. Oitivas, diligências, fotos, vídeos, buscas e apreensões comprovam a atuação dos milicianos, mas o MPF não divulgou a íntegra das denúncias porque os processos correm sob sigilo.

As investigações foram conduzidas pela força-tarefa Avá Guarani, instituída pelo procurador geral da República, Rodrigo Janot, há oito meses, para apurar crimes contra as comunidades indígenas de MS. O ajuizamento das denúncias é a primeira de uma série de medidas para combater o conflito armado na região.

Para o MPF, a força-tarefa "é uma maneira de dar uma resposta efetiva aos milhares de indígenas vítimas de violência, que poderiam deixar de acreditar na Justiça por causa da impunidade". Só nos últimos 10 anos, pelo menos um índio foi morto por ano em decorrência do conflito fundiário em Mato Grosso do Sul.

O último assassinato, de Clodioude Aguilé Rodrigues dos Santos, ocorrido terça-feira (14) em Caarapó, também será investigado pelo grupo de procuradores.

Esta CPI, seguindo as palavras do Deputado Alceu Moreira "*quem não deve não teme. Qual é o problema de quebrar o sigilo bancário se está tudo direitinho? Por que não pode quebrar?*" em reunião realizada no dia 25 de outubro de 2016, no Plenário 12 desta Casa, sendo necessária a requisição da transferência das informações acima solicitadas, poderá aplicar o mesmo critério a todos os pedidos com esta natureza.

Ainda nesta reunião, o Deputado Valdir Colatto, corajosamente diz "*vamos mostrar ao Brasil, coisas que o Brasil não conhece do mundo rural*", o que revela sua disposição em mostrar a sociedade brasileira, que os fazendeiros se armam para defender suas terras contra os povos indígenas. Esperamos que a sociedade brasileira avalie se esta

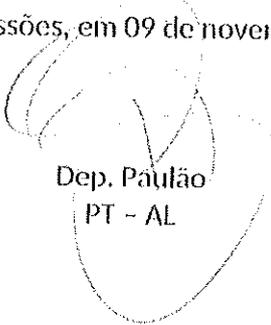




CÂMARA DOS DEPUTADOS

atitude é benéfica para a imagem do país e como forma de solucionar conflitos fundiários, que se estendem por décadas em várias regiões do país.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2016.



Dep. Paulão
PT - AL

Dep. Erika Kokay
PT - DF

Dep. Nilto Tatto
PT - SP

Dep. Valmir Assunção
PT - BA

Dep. Marcon
PT - RS

Dep. Patrus Ananias
PT - MG



CD160516242179